



**A DIVERSIDADE CULTURAL VISTA COMO VANTAGEM PEDAGÓGICA: AS
DIFERENÇAS TRABALHADAS EM PROL DA IGUALDADE**

*CULTURAL DIVERSITY SEEN AS A PEDAGOGICAL ADVANTAGE:
DIFFERENCES USED TO PROMOTE EQUALITY*

DOI: [10.5281/zenodo.18763102](https://doi.org/10.5281/zenodo.18763102)

Paulo Roberto Monteiro de Andrade Novaes¹

¹ Colégio Militar do Rio de Janeiro

Resumo

O trabalho tem por finalidade apresentar reflexões sobre as perspectivas culturais que impactam o cenário escolar, centralizando os estudos na diversidade cultural vista como vantagem pedagógica, diante de tensões e contradições nas Políticas Educacionais que negligenciam as diferenças manifestadas nas Escolas, promovendo, assim, a desigualdade social, com práticas pedagógicas excludentes e pautadas na lógica do mercado; partir de alguns referenciais teóricos, tais como, Candau (2014), Hall (2006), Sacristán (2001) e Chauí (2006), dentre outros que consubstanciaram visões majoradas acerca desta temática levantada. O tema é relevante quando correlacionado com o cotidiano escolar e com os seus interesses convergentes com a prática escolar democrática. Há uma tendência monocultural, de visão eurocêntrica, branca, cristã e neoliberal que são parte integrante das políticas hegemônicas mundiais, que vêm impactando, diretamente a educação. No tempo mais recente, nos servem para expressar o que está subjacente, superar o controle sobre a escola, principalmente em tempos neoliberais, os quais controlam a escola mediante ações e Políticas Públicas, dizendo o que deve ou que não deve ser ensinado e para quem deve ensinar, diante uma tentativa de excluir os diferentes, segundo os preceitos de que só existe um padrão de cultura e todas as outras não são relativizadas.

Palavras-Chave: Diversidade cultural, Diferenças e igualdade, Vantagem pedagógica e Políticas educacionais.

Abstract

The purpose of this work is to present reflections on the cultural perspectives that impact the school environment, focusing studies on cultural diversity seen as a pedagogical advantage, in the face of tensions and contradictions in educational policies that neglect the differences manifested in schools, thus promoting social inequality, with exclusionary pedagogical practices based on market logic; based on some theoretical references, such as Candau (2014), Hall (2006), Sacristán (2001), and Chauí (2006), among others who have substantiated major views on this topic. The theme is relevant when correlated with everyday school life and its interests that converge with democratic school practice. There is a monocultural tendency, with a Eurocentric, white, Christian, and neoliberal view that is an integral part of global hegemonic policies, which have been directly impacting education. More recently, they have served to express what lies beneath, to overcome control over schools, especially in neoliberal times, which control schools through public actions and policies, dictating what should or should not be taught and to whom it should be taught, in an attempt to exclude those who are different, according to the precepts that there is only one cultural standard and all others are relative.

Keywords: Cultural diversity, Differences and equality, Pedagogical advantage, and Educational policies.



INTRODUÇÃO

O texto deste artigo já revela o grande desafio pedagógico do educador de conduzir o processo ensino-aprendizagem, diante das relações interculturais, presentes na sala de aula; tendo como consequência, a dificuldade encontrada pelos docentes em administrar as diferenças culturais existentes entre os discentes.

As Políticas Educacionais brasileiras são demarcadas por interesses políticos que, por vezes, vão de encontro com o interesse coletivo da comunidade escolar, promovendo uma gestão escolar pautada nas visões neoliberais, essas por sua vez, adentram no ensino, impondo currículos padronizados e capazes, de tão somente, atenderem ao mercado. Dessa forma, há uma mercantilização educacional, potencialmente excludente, ferindo a democracia. Com isso, é evidente que essa gestão gerencialista educacional, reflete os interesses globais de tendência monocultural, de acordo com a visão eurocêntrica que privilegia uma só cultura, não relativizando as demais. É por esse motivo, que empresas se filiam às gestões escolares, realizando a gestão dos indesejáveis, ou seja, promovendo uma verticalização social, em que as avaliações são instrumentos de valorizar aqueles que se houveram bem, e excluir aqueles se saíram mal. Face a essa política neoliberal, ocorre um processo de mercantilização educacional, que visa avaliar, mediante resultados, seguindo os preceitos da meritocracia. Como consequência, nota-se que há uma gestão educacional dos indesejáveis, ora mencionada, ou seja, o discente considerado com um baixo capital cultural, é rotulado como um problema, com isso, nota-se que há um projeto de alijá-lo no sistema educacional, pois a nota dele não pode ser considerada, uma vez que os índices daquela instituição de ensino que ele representa, são representados apenas pelos alunos, considerados como “modelo”. Com isso, exclui-se o que é indesejável pela cultura eurocêntrica, branca e neoliberal. Esse currículo de larga escala de cunho empresarial, por vezes, desconsidera o motivo pelo qual aquele aluno se saiu mal numa avaliação. O motivo pode ser social, afetivo, racial, econômico ou



todos esses, e o dever da escola seria resgatar o aprendiz que possui dificuldades pedagógicas, identificando quais fatores impactam seu rendimento escolar, fazendo dessa diferença, uma vantagem pedagógica, como aponta Candau (2014, p.31), daquilo que a escola, no estado da arte, propõe-se a realizar: transformação social.

As desigualdades sociais são acentuadas quando as culturas não relativizadas, e conforme a tendência global monocultural, tal aspecto é clarificado quando a política hegemônica impõe seu modelo de cultura sobre as demais, desrespeitando as diversidades entre os indivíduos.

Tomamos consciência de um mundo globalizado no qual se produzem aproximações e afastamentos da cultura, mas onde também se aproximam os contrastes e os motivos para os enfrentamentos que são consequências das desigualdades. (SACRISTÁN, 2001, p.19)

Dessa forma, os acessos e direitos à Cultura e à Educação são desiguais. O mundo globalizado é marcado de possibilidades, mas o que ocorre é uma rede de imposições dos que podem mais sobre os que estão em condições de inferioridade.

As Políticas Neoliberais representam, portanto, uma ameaça à gestão democrática educacional, pois não notabiliza a sua atividade-fim: pedagógica, logo todas as questões ligadas a ela são delegadas a segundo plano, quando comparada com a sua principal atividade: o lucro, daí a perspectiva dela de mercantilizar a educação a todo custo. Outrossim, as leis do mercado nunca terão uma visão humanizada, valorizando as interações sociais em prol de igualdades. Já que, “o mercado em escala mundial não integrou os países e as pessoas, nem poderá fazê-lo, devido aos baixos níveis de competitividade de que muitos partem” (SACRISTÁN, 2008).

DESENVOLVIMENTO

Como os estabelecimentos educacionais podem solucionar todas essas tensões, advindas das diferenças sociais, sem que elas se manifestem em



desigualdade? Bom, com desenvolvimento de uma prática pedagógica intercultural, torna-se possível trabalhar as diferenças socioculturais existentes nas interações sociais, e possibilitando, assim, que o pluralismo seja uma ferramenta pedagógica capaz de promover relações mais dialógicas entre os sujeitos. Hall (2006), expressa que culturas nacionais são construídas por intermédio da relação dialógica, pelas representações, pelas instituições culturais e pelos símbolos, a saber:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (HALL, 2006, p. 50).

Seguindo na temática, agora com uma analogia ao que fora apresentado, há um filme: “Escritores da liberdade”, que narra a história de uma professora, que luta para vencer os desafios impostos pela natureza da sociedade, constituída pelas diferenças culturais, transformando tais diferenças em igualdade, contudo, sua visão pedagógica é desacreditada pela gestão escolar que representa a mentalidade eurocêntrica, que vê o diferente como um problema pedagógico. Isso, pode ser facilmente clarificado quando o filme atenta para uma coordenação escolar que divide os seus alunos por salas, de acordo com seu nível social, de um lado uma sala com uma infraestrutura mais adequada às práticas pedagógicas, com alunos que atendem os interesses do mercado, do que é visto como um padrão, de outro, os alunos com problemas sociais, afetivos e pedagógicos, visto como uma aberração cultural, e, portanto, fora dos padrões culturais do que a escola entende por turma adequada. Tal ausência da relativização cultural é o que aponta Candau (2014), com um “daltonismo cultural”. Ainda sobre o tema a autora revela para:

Romper com este *daltonismo cultural* e ter presente o *arco-íris das culturas* nas práticas educativas supõe todo um processo de desconstrução de práticas naturalizadas e enraizadas no trabalho docente para sermos educadores/as capazes de criar novas maneiras de situar-nos e intervir no dia a dia de nossas escolas e salas de aula. Exige valorizar as histórias de vida de alunos/as e professores/as e a construção de suas identidades culturais, favorecendo a troca, o intercâmbio e o reconhecimento mútuo, assim como estimular que



professores/as e alunos/as se perguntem quem situam na categoria de "nós" e quem são os "outros" para eles. Essa categoria também convida à interação da escola com diferentes grupos presentes na comunidade e no tecido sócio mais amplo, favorecendo uma dinâmica aberta e inclusiva (CANDAU, 2018, p.32-33)

Essa “profilaxia” como antídoto para o “daltonismo cultural” é vista no filme já mencionado neste artigo, quando a professora intervém no cotidiano escolar com dinâmicas pedagógicas que permitem uma interação social entre educandos, produzindo assim uma simbiose cultural geradora da igualdade social.

O cenário educacional brasileiro é marcado por situações parecidas com as relatadas no filme. As tensões raciais, preconceitos de toda e qualquer natureza, são cenários conflitantes, comumente ocorridos, diante das relações interculturais presentes nas salas de aula no Brasil. Outrossim, cabe ao Professor mediar esses conflitos, adotando metodologias pedagógicas que possibilitem uma educação inclusiva. Sobre resgatar o educando que vem sendo excluído diante sua identidade cultural não pertencentes aos padrões impostos pelas visões eurocêntricas, tem-se:

Uma educação libertadora exige que se leve a sério os pontos fortes, experiências, estratégias e valores dos membros dos grupos oprimidos. Implica também ajudá-los a analisar e compreender as estruturas sociais que os oprime para elaborar estratégias e linhas de atuação com probabilidade de êxito (SANTOMÉ, 1995, p.171)

A conduta de um Professor que muda sua metodologia de ensino, adequando-a à realidade do aluno, é traço característico de uma educação intercultural. Os autores Moreira e Candau (2014, p. 37), apontam que é preciso “desengessar a sala de aula”, ou seja, sair da rigidez, daquele modelo imposto, porém isso não depende apenas do professor. Ainda, no texto dos autores Moreira e Candau (2014, p. 30), é possível identificar a discussão sobre essa temática desafiadora dos professores, diante das diversidades culturais, onde eles afirmam que “os diferentes” são um problema a ser solucionado por toda a comunidade escolar, não apenas do professor em sala de aula. Os autores caracterizam a escola como um lugar fragilizado frente às identidades plurais que requerem uma relativização cultural. A diferença deve ser, segundo os



autores Moreira e Candau (2014, p. 30), “articulada a identidades plurais que enriquecem os processos pedagógicos que devem ser reconhecidas e valorizadas”, ou seja, há uma visão positiva de se lidar com as diferenças. Portanto, uma educação pautada na uniformização e homogeneização do currículo escolar, promove a exclusão social, prejudicando o alcance das diferenças que são inviabilizadas, negadas e silenciadas (MOREIRA; CANDAU, 2014, p.29).

A “luta”, portanto, é contra homogeneização cultural, que promove uma educação excludente, personificada em Políticas Públicas Neoliberais pautadas em avaliações de larga escala, como já mencionado. Tais avaliações favorecem a implementação da padronização curricular, ignorando às especificidades culturais de cada aluno, tornando-os invisíveis. Sacristán (2001, p. 27) aponta que a globalização reverbera em outros fatores neoliberais, bem como as sociedades da informação que promovem transformações em cinco eixos básicos da sociedade, a saber: na estruturação de sociedade, no papel do Estado, no trabalho, na cultura e na pessoa. O autor, ainda, afirma que a globalização passa por transformações que impactam incisivamente a educação no que tange às Políticas Educacionais, o Currículo, a compreensão da qualidade educacional, dentre outras consequências. Ele aponta que:

Um primeiro efeito importante da globalização, desde os anos 1980, sob a orientação ideológica e política que tem no mercado seu eixo de referência, foi o esvaziamento do Estado posto a serviço da satisfação dos direitos básicos das pessoas e, em particular, o da educação em condições mínimas de igualdade. O resultado foi o desgaste do discurso e das políticas de distribuição de renda que sustentam os sistemas públicos de educação. (SACRISTÁN, 2008)

Ademais, Sacristán (2001), aborda, também, sobre cultura e seu envolvimento no cenário escolar, quando aponta que os fatos externos impactam o cotidiano escolar. Para o autor “(...) a sociedade globalizada é hoje uma realidade para uns poucos e uma possibilidade factível para outros. Para o resto é fonte de dominação e desigualdade”. (SACRISTÁN, 2001, p.34). Ou seja, as políticas neoliberais promovem as desigualdades sociais e produzem o “daltonismo cultural”. Pode-se notar o abismo que há na realidade e nos acessos



à Cultura e Educação provocados pela desigualdade social, que tem relação direta com as Políticas Neoliberais.

A homogeneização, personificada pela padronização curricular é uma Política Educacional que negligencia as relações interculturais, clarificadas pelas diversidades, tão marcantes em nossa sociedade. Isso reverbera num retrocesso educacional que dificulta a aprendizagem daqueles que mais necessitam de um acompanhamento pedagógico mais pormenorizado.

Toda essa prática de avaliação excludente, que segue o modelo de gestão gerencialista de ensino, prejudica culturalmente e epistemicamente quem não está englobado na perspectiva hegemônica e eurocêntrica. De acordo com Santos (2006b: 127-153) há uma “ ecologia dos saberes”, que explica que os indivíduos não possuem o mesmo saber, é normal que haja as diferenças culturais, e para haver a igualdade social e, portanto, justiça social, é preciso que haja uma justiça cognitiva que não admita a hierarquização dos saberes. Para melhor ilustrar a temática, Santos (2003, P. 56) afirma que:

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Ainda sobre a perspectiva das culturas nacionais, há um tema central que trata questões globais em que são parte integrante desse processo histórico, bem como referente à história da vida pessoal de cada indivíduo. De fato, há diversos fatores ocorridos em situações pretéritas que influenciam o presente, reverberando em conflitos culturais, representados pelas diferenças das classes sociais, crenças e religiões. Tais pluralismos culturais são marcantes no cotidiano da escola, que representa o espaço amostral da sociedade. Por esse motivo, dá-se a imprescindibilidade de se internalizar os conceitos culturais, não só factualmente, como também, procedimentalmente, frente às práticas educativas que construídas no cenário escolar.



De acordo com (SACRISTÁN, 2007, p.17), autor da expressão “aldeia global”, podemos realizar uma analogia do ambiente escolar, como espaço de interação social dos diferentes alunos. Essas relações interculturais, são identificadas no filme supramencionado, como um empecilho de implementar na escola uma gestão democrática que evidencie a diversidade como uma vantagem pedagógico, no tocante à gestão do Diretor escolar, já que a Professora fez da diversidade cultural de seus alunos dinâmicas educativas que produziram a igualdade a consecução do processo ensino-aprendizagem.

Diante da perspectiva de que a religião, é parte integrante do aspecto cultural, tal entendimento representa invenções de ordem simbólica, podendo, assim, internalizá-las, como meios de exposição de conflitos, de interesses, de desvalorização de uma cultural em relação às outras, semelhante ao etnocentrismo que não relativiza a cultura de outrem. A cultura vista sob a ótica da ordem simbólica, caracteriza que:

A lei humana é um imperativo social que organiza toda a vida dos indivíduos e da comunidade, determinando o modo como são criados os costumes, como são transmitidos de geração em geração, como fundam as instituições sociais (religião, família, formas do trabalho, guerra e paz, distribuição de tarefas, formas de poder e etc.). A lei não é simples proibição para certas coisas e obrigação para outras, mas é afirmação de que os humanos são capazes de criar uma ordem de existência que não é simplesmente natural (física e biológica). Esta ordem é simbólica (CHAUÍ, 2006, p.112).

Portanto, a vida em sociedade é estabelecida por grupos sociais, marcado pelas diversidades culturais, tal construção, a autora denomina como a “lei humana” organizada pelo “imperativo social”, e a sociedade se estabelece em grupos sociais construídos pela ação antrópica segundo o que ela chama de “ordem simbólica”. É dela, também, a visão de cultura, segundo a convivência em grupos sociais plurais: “Cultura é a habilidade do homem conviver com o inexistente; é o modo pelo qual o ser humano se humaniza por intermédio de práticas que cunham a existência econômica, política, religiosa, artística” (CHAUÍ, 2006).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o filme citado e todos os autores pesquisados que versam sobre a Educação e a Cultura, funcionaram, para a pesquisa, como laboratório de análises pedagógicas, muito rico para o debate, evidenciando fatos atuais, ilustrando que a sala de aula é plural e ao educador intercultural, cabe dialogar com todas essas diversidades, mediando conflitos, tensões a fim de que as diferenças não se transformem em desigualdades. Contudo, se não houver uma gestão educacional inclinada a trabalhar as diversidades, como uma vantagem pedagógica, como aponta Candau (2014, p.31), a escola representará um espaço de agravamento das desigualdades sociais, indo de encontro com os marcos legais que alicerçam o sistema educacional brasileiro. Outrossim, tratar com invisibilidade as diferenças no ambiente escolar é uma incoerência que desafia os educadores progressistas. A Educação, portanto, tem a capacidade de transformar uma realidade por intermédio de perspectivas educacionais que evidenciam de modo a atender às necessidades culturais silenciadas dos discentes, de acordo com Sacristán (2001). Ainda, sobre o olhar crítico e reflexivo desse autor, pode-se concluir que: “Educar para a vida é educar para o mundo em que nada nos é estranho. A educação se vê obrigada a repensar suas metas e revisar seus conteúdos” (SACRISTÁN, 2001, p. 15). Essa adaptação ao meio, não se pode negligenciar, quando se trata em educar para transformar aquilo que vivem em constante transformação: a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural. O direito à cultura**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.



Educação intercultural: entre afirmações e desafios. In: MOREIRA, A. F; CANDAU, V. M. (Org.) **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Cap. 1, p. 23-41.

PONCE, B. J.; ARAÚJO, W. A Justiça curricular em tempos de implementação da BNCC e de desprezo pelo PNE (2014-2024). **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.17, n.3, p. 1045-1074, jul./set. 2019. DOI.

SACRISTÁN, José Gimeno. **A educação que ainda é possível. Ensaio de uma cultura para a educação**. Porto Alegre, Artmed Editora, 2007.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. (Org.), **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 159-177.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 56.

SANTOS, Boaventura (2006b), **A Gramática do Tempo**. São Paulo: Cortez. [1ª ed.].

SANTOS, Boaventura (2007), "Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes", *Revista Crítica Ciências Sociais*. 78, 03-46.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.